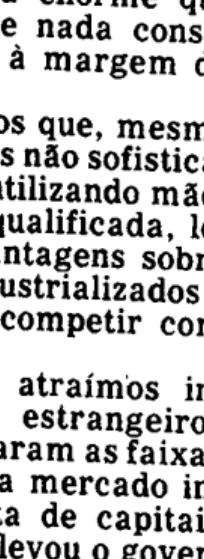


Podemos competir com outros países sem ter planos sofisticados

Henrique Pedro
David de Sanson*



O Brasil era essencialmente agrícola, há menos de cinco décadas. Sua população, analfabeta, com altíssimas taxas de crescimento demográfico. Eramos um dos países mais atrasados do mundo. Partimos então, a qualquer custo, para uma industrialização que visava absorver a massa enorme que praticamente nada consumia e vivia à margem da civilização.

Julgávamos que, mesmo por processos não sofisticados, porém utilizando mão-de-obra desqualificada, levaríamos vantagens sobre os países industrializados e poderíamos competir com eles.

No início, atraímos investimentos estrangeiros que conquistaram as faixas onde já havia mercado interno. A falta de capitais particulares levou o governo a desenvolver, ele mesmo, indústrias que requeriam grandes investimentos de lento retorno e que não interessavam ao capital externo. E, dentro dessa política, fizemos realmente enormes progressos. Estamos, hoje, no rol dos dez países mais industrializados e de maior renda bruta.

Mas esta política gerou a filosofia da reserva de mercado, com proibição de importação de quase tudo, uma forte participação do governo nos investimentos, e começou a criar distorções. Os seus gastos foram crescendo para financiar este desenvolvimento, criando cada vez mais órgãos de controle, que pouco controlam e muito gastam. Essa política propiciou a formação de monopólios, oligopólios, trustes, etc. Enquanto essas situações eram aqui criadas, o desenvolvimento tecnológico permitiu que os países avançados dispusessem de novos sistemas de fabricação altamente mecanizados. Para a nossa indústria poder concorrer no mercado mundial, terá que se adaptar a essas novas técnicas que não mais permitem a absorção intensiva de mão-de-obra.

As atividades atuais, em qualquer campo, requerem um grau de preparo do indivíduo e um certo nível de escolaridade. A nossa mão-de-obra continuou desqualificada, porque o governo, absorvido na função do empresário, ineficiente, abandonou as suas funções de educação, como também as de saúde, saneamento, infra-estrutura, transporte, segurança etc.

Temos, hoje, uma forte concentração de renda em uma pequena parte da população, principalmente em algumas das deficitárias empresas estatais, e na burocracia governamental, e que, para poder ser sustentada, levou à criação, nas esferas federal, estadual e municipal, de impostos indiretos embutidos nos custos dos produtos populares, encarecendo-os. Como consequência, o País, com 150 milhões de habitantes, excluindo os 20% das classes privilegiadas, tem uma renda per capita que não chega a 1.000 dólares.

Não criticamos a política de atração de financiamentos externos. O País gera entre 15 e 16% de poupança interna e precisa complementá-la com 6 a 7% de capital externo para seu crescimento. Mas o governo poderia ter recebido grande parte desses dólares em investimentos e não através de empréstimos, e a nossa situação seria hoje bem diferente.

No âmbito político, um Congresso (com algumas honrosas exceções) pensando mais nas suas vantagens pessoais do que nos interesses do País.

Uma Constituição nova e sem a implementação dos seus diferentes e contraditórios artigos.

Um poder estadual em condições piores do que o federal, perdulário e desgovernado.

Um Poder Judiciário o mais desorganizado possível. Qualquer processo demorando anos. Cada vez mais se acumulando os problemas de segurança. Um sistema penitenciário ineficiente e insuficiente.

Uma estrutura administrativa com um número exagerado de ministérios e órgãos de controle, com acúmulo de pessoal improdutivo e altamente remunerado.

Um déficit externo, o segundo maior do mundo, e ainda, por cima, em moratória. Um déficit interno também gigantesco, sendo rolado diariamente e crescente. Uma inflação galopante e em prazo muito curto caminhando para uma hiperinflação. Um número cada vez maior de

funcionários, não só no governo federal, como também nos estaduais e municipais. Uma paralisação de obras de infra-estrutura como transporte, energia, comunicações, etc. Um sistema previdenciário todo dividido em diversos ministérios e falido.

Um sistema educacional completamente distorcido. Um aumento exagerado de universidades e escolas superiores grátis, e uma educação básica muito ruim. Os analfabetos são milhões, fora os outros milhões considerados alfabetizados porque só sabem desenhar o nome.

Para consertar tudo isso requereria um esforço gigantesco. A primeira demonstração de coragem do presidente é ter-se elegido sem comprometimentos com os políticos. Teve a independência de nomear para postos-chave pessoas de sua confiança e que não dependiam, como era costume, da troca de favores e indicações impostas por políticos.

A asfixia da Nação com a inflação galopante teria de ser, como de fato foi, a sua principal preocupação. Admiramo-nos muito de pessoas de alto nível se queixarem do método como ele atacou de saída essa praga. Com a inflação galopante caminhávamos para a completa destruição da ordem interna, seguida de crise de abastecimento, baderne, etc. Seria um total desastre.

Não admitir alguns erros ou precipitações para um programa de medidas tão abrangentes e importantes que estão sendo tomadas é realmente querer o impossível. Mas esse governo tem tido a honestidade de reconhecer quando erra e volta a procurar uma medida mais adequada. Isto era inédito no Brasil.

As reclamações, feitas em outras épocas, de que o governo nada provindencia, mudaram e, agora, são os que mais reclamavam que estão contra elas. Queriam exportações e importadores o câmbio livre. Isso foi feito e houve reclamações. O Banco Central, que deve ser independente e só intervir nos casos de distorções, está agora realmente exercendo suas funções. No campo social, quando se deixa a discussão salarial apenas entre patrões e empregados, reivindicação muito antiga das duas partes, vêm as críticas. O imposto sindical obrigatório, rancor da época getuliana, e copiado do sistema fascista, quando é por ele extinto, provoca gritos das elites sindicais. As empresas estatais, ninho de empreguismo e de prejuízo para o Estado e que outros países já reconhecem como ineficientes, são aqui defendidas com unhas e dentes. Infelizmente, o nosso país, apesar da capa de nação moderna, ainda sofre a influência da mentalidade colonial em que o Estado intervinha em tudo, regulava tudo, fechava os portos do país ao comércio exterior, etc. O caudilho, o coronel do interior, a figura do senhor de engenho, ainda continuam.

E por que isso tudo acontece? É que um povo só se liberta desses atavismos retrógrados através da educação. E ela, em nosso entender, não significa apenas saber desenhar o nome ou até ler fluentemente. Educação é antes de tudo uma mudança de mentalidade, é a formação do cidadão, ensinar-lhe que, se ele tem direitos, também tem obrigações com o Estado, com a comunidade e com a família.

Estamos bastante atrasados no campo social e na educação. Com o esforço e direcionamento do governo para as suas reais funções, reverteremos este quadro muito rapidamente. Os meios de comunicação, principalmente a televisão, têm uma penetração enorme. O analfabeto não é ignorante; pela imagem pode depreender que a sua vida está em desacordo com o padrão de um país civilizado e já se interessa pelos problemas do País.

A eleição para o Congresso veio mostrar que o povo vota com consciência. Provou também a necessidade urgente de se criar o voto distrital e partidos com programas e diretrizes definidas e constantes. Volta o município a ter a sua devida importância e é esse o passo para a rápida recuperação do País. O político terá de se preocupar mais com os problemas locais e defender o direito dos seus eleitores de receber os frutos de uma boa administração. Um governo central pode traçar os grandes planos e diretrizes, mas é no município que está a redenção do País.

Quanto mais depressa essas medidas que estão sendo implantadas começarem a dar resultados convincentes, a prosperidade voltará e o nosso progresso será vertiginoso.

* Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro.